

O DESENVOLVIMENTO DO SETOR EDUCATIVO AFRICANO COMO PRIORIDADE DA APD PORTUGUESA (1998-2011)

Raquel Faria

Abstract / Resumo

A política de Cooperação Portuguesa desde cedo estabeleceu como prioridade central os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), devido aos laços históricos e socioculturais, que caracterizam uma relação com mais de 35 (trinta e cinco) anos. Conhecida pelos seus objetivos de redução da pobreza; de reforço da Democracia e do Estado de Direito; de promoção tanto do crescimento económico como do diálogo, das integrações regionais e de uma parceria europeia para o desenvolvimento humano, a Cooperação nacional tem desempenhado um papel crucial no desenvolvimento africano, particularmente, ao nível do setor educativo. Efetivamente, os dados mostram-nos que esta tem sido uma das áreas de intervenção prioritária, independentemente, dos diferentes governos constitucionais que nos últimos anos assumiram o poder. Segundo, o IPAD (2011), a cooperação técnica enquanto modalidade da Ajuda mais utilizada nos últimos tempos, reflete-o de forma clara e inequívoca no período compreendido entre o ano de 1996 e o ano de 2010: 38% da distribuição setorial da cooperação técnica foi direcionada para a educação, a que seguiu o governo e a sociedade civil com 24%, sendo que a nossa investigação isso o confirma demonstrando, ainda que, no ano de 2011 a tendência manteve-se, independentemente, do volume da Ajuda Pública ao Desenvolvimento Portuguesa ter diminuído cerca de 3%, fruto da crise financeira iniciada em 2008 e que levou Portugal a pedir o resgate financeiro em abril de 2010.

Keywords Cooperação; Educação; Política; PALOP

com o apoio

WORKING PAPER / DOCUMENTOS DE TRABALHO

*O CEsA não confirma nem infirma
quaisquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

O **CEsA** é um dos Centros de Estudo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, tendo sido criado em 1982.

Reunindo cerca de vinte investigadores, todos docentes do ISEG, é certamente um dos maiores, senão o maior, Centro de Estudos especializado nas problemáticas do desenvolvimento económico e social existente em Portugal. Nos seus membros, na maioria doutorados, incluem-se economistas (a especialidade mais representada), sociólogos e licenciados em direito.

As áreas principais de investigação são a economia do desenvolvimento, a economia internacional, a sociologia do desenvolvimento, a história africana e as questões sociais do desenvolvimento; sob o ponto de vista geográfico, são objecto de estudo a África Subsariana, a América Latina, a Ásia Oriental, do Sul e do Sudeste e o processo de transição sistémica dos países da Europa de Leste.

Vários membros do CEsA são docentes do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional leccionado no ISEG/"Económicas". Muitos deles têm também experiência de trabalho, docente e não-docente, em África e na América Latina.

OS AUTORES

RAQUEL FARIA

Licenciada em Administração Pública – doutoranda em Altos Estudos em História – Época Contemporânea. Investigadora auxiliar no CEsA/ISEG

1. INTRODUÇÃO

A Cooperação para o Desenvolvimento, enquanto resultado de um conjunto de dinâmicas que foram modificando o sistema e, por conseguinte, a realidade internacional foi marcada por importantes momentos como o período que se seguiu à Guerra Fria, à independência das colónias (entenda-se descolonização) e o fenómeno da globalização (Ayllón, 2006).

De fato, já em meados da década de 40 (quarenta) do século passado, com o final da II Guerra Mundial, e, ainda durante, o período da Guerra Fria (1945) que se estendeu até ao ano em que se deu a queda do Muro de Berlim, em 1989, começaram a surgir os primeiros fluxos de Ajuda como resultado não só dos discursos que faziam referência à boa governação e à sua importância, como, também, de um amplo conjunto de interesses que se estendiam desde interesses económicos, a interesses políticos e geo-estratégicos. Efetivamente, as grandes economias, viam nos países mais pobres o meio para alcançar os seus interesses. Verificou-se, assim, aquilo a que apelidamos de “Ajuda interessada”.

No mesmo período em que surgiram os primeiros fluxos de Ajuda, assistiu-se pela primeira vez na história da Cooperação, ao surgimento do Plano Marshall orientado para a Cooperação e para o financiamento. Este Plano, datado de junho de 1947, surgiu com o intuito de ajudar a reconstruir as economias dos países, na altura, aliados (países do ocidente e do sul o continente europeu) dos Estados Unidos da América. Foi precisamente com este plano, apresentado durante um discurso pronunciado na Universidade de Harvard por George Marshall, que tanto os Estados Unidos como o continente europeu conheceram um novo tipo de políticas orientadas para uma área que até então não aparecia no “centro” do diálogo político internacional: a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Sendo que, o pensamento inerente ao crescimento económico e ao desenvolvimento assentava, em dois grandes tipos de teorias: a Teoria Económica de Keynes e a Teoria da Modernização que partiam do pressuposto de que o Estado devia ser o responsável pela intervenção no desenvolvimento de um determinado país criando, assim, os meios necessários para que todo o capital acumulado contribuísse para o desenvolvimento do mesmo.

Tendo ainda presente os já referidos interesses que se mantiveram mesmo com a independência dos territórios ultramarinos africanos, e que ainda hoje se mantém, ora não fosse segundo Ridell (2007), os interesses de natureza estratégica, política e comercial uma das grandes motivações¹ subjacentes à Cooperação para o Desenvolvimento na atualidade, surgiram sucessivos acordos de Cooperação que

¹ Para além destas motivações Ridell (2007), identifica muitas outras como o procurar responder às situações de emergência, procurando acompanhar e suprir as necessidades mais prementes e inerentes a esse mesmo estado de emergência; ajudar os países recetores da Ajuda ao Desenvolvimento a crescer economicamente e, por conseguinte, a reduzir os seus níveis de pobreza; e, finalmente, a solidariedade.

realçavam aquilo a que o mesmo autor (2007), considera como outra motivação neste domínio: o relacionamento histórico.

Foi, precisamente, tendo por base os laços históricos traduzidos no passado colonial que “ligou” Portugal às antigas colónias africanas, que esteve (e está) na base da política de Cooperação Portuguesa e que leva a que a mesma esteja, essencialmente, orientada para as mesmas de forma a que esse mesmo passado não seja esquecido. São indubitáveis os esforços que têm sido desenvolvidos para tal, ora não fosse grande parte da Ajuda bilateral portuguesa orientada para os PALOP. E, é precisamente essa canalização da Ajuda Bilateral que merece especial atenção na presente comunicação, pois aquela denota o peso que o setor educativo de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe tem na Cooperação nacional, enquanto prioridade estratégica.

2. A POLÍTICA DE COOPERAÇÃO PORTUGUESA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E PRINCÍPIOS ORIENTADORES (OBJETIVOS/PRIORIDADES ESTRATÉGICAS)

A política de Cooperação Nacional, após a revolução dos Cravos a 25 de abril de 1974, assumiu uma tipologia descentralizada, permanecendo assim, um modelo de Cooperação descentralizada com mais de 35 (trinta e cinco) anos². A este modelo descentralizado, remonta, também, desde 1974, o relacionamento com os PALOP de modo a auxiliá-los nos mais diversos setores (educação, saúde, saneamento básico, ...). Relacionamento esse, que não surgiu por acaso estando muito associado ao processo de independência das colónias portuguesas - o “fracasso” de Portugal relativamente à capacidade de desenvolver e fomentar um processo pacífico de independência das mesmas colónias³, após 1974, foi um dos motivos que levou Portugal a alicerçar a concentração de ajudas no apoio às mesmas.

Contudo, e independentemente do relacionamento e da tipologia assumida na década de 70 (setenta), apenas em 1985, aquando a criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação com o governo de Nobre da Costa, é que se assistiu, pela primeira vez, ao desenvolvimento de um programa de Cooperação. Quatro anos depois, o ano de 1989, foi um verdadeiro ponto de viragem ao nível da política da Cooperação (Mesquita, 2005), cessando, assim, um período menos favorável para Portugal pelo menos nos primeiros tempos, onde os conflitos observados no antigo império português africano tornaram o relacionamento extremamente difícil (Cravinho, 1998) e onde a

² Mais precisamente, este modelo mantém-se em vigor há já 38 (trinta e oito) anos.

³ As ex-colónias portuguesas tornaram-se independentes nas seguintes datas: Angola em novembro de 1975; Moçambique em junho desse mesmo ano; Guiné-Bissau, no ano anterior, ou seja em setembro de 1974; e, finalmente, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde em julho de 1975.

situação de Portugal em relação ao Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD)⁴ se havia alterado aquando a revolução de abril – passou a ser apenas um país beneficiário/recetor da Ajuda até 1986 (ano em que passou a integrar a Comunidade Económica Europeia (CEE)).

Efetivamente, e como refere Mesquita (2005), o ano de 1989 foi marcado pela existência de uma efetiva política de Cooperação para o Desenvolvimento caracterizada pelos esforços desenvolvidos em prol tanto da coordenação, como da quantificação dos fluxos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), de forma a ter a possibilidade de integrar, novamente, o CAD, o que veio acontecer pouco tempo depois, em 1991.

Três anos após a reentrada de Portugal no CAD, mais precisamente em 1994, assistiu-se a uma reestruturação do sistema da Cooperação Portuguesa, traduzida na fusão do Instituto de Cooperação Económica (ICE) e da Direção Geral de Cooperação (DGC) num único organismo, designado por Instituto de Cooperação Portuguesa (ICP). Posteriormente, em 1998, foi criado o Conselho Consultivo para a Cooperação Económica Empresarial. Um ano depois da criação desse Conselho⁵, foi aprovado com a portaria n.º 43/99 do Conselho de Ministros o documento intitulado *A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI*, cujo principal objetivo estratégico apontado e até hoje prevaemente era o de «saber articular nos planos político, económico e cultural, a dinâmica de constituição de uma comunidade, estruturada nas relações com os países e as comunidades de língua portuguesa no mundo, e de reaproximação a outros povos e regiões» (Documento citado).

Uma vez estabelecido o objetivo estratégico, substituiu-se o Fundo para a Cooperação Económica pela Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD), em 2000, surgiram os Planos Indicativos de Cooperação (PIC), os Programas Integrados de Cooperação e Delegações Técnicas de Cooperação. Em 2003, extinguiu-se a APAD e voltou ao modelo em que apenas existia um único instituto para coordenar a Cooperação nacional no seu todo, neste caso o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)⁶.

No ano de 2005, a portaria anterior foi seguida por uma Resolução do Conselho de Ministros (RCM), que manteve o essencial daquela e criou novos instrumentos institucionais. O balanço da mesma, feita em finais da legislatura (MNE, 2009) reclamou um progresso sem precedentes na política de Cooperação.

⁴ De salientar que, Portugal foi membro fundador do CAD em 1961.

⁵ Ou seja, em 1999.

⁶ O IPAD enquanto único organismo existente a nível nacional, é tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). O Instituto «(...) passou a desempenhar o papel de órgão central de apoio à definição, elaboração e execução da política de cooperação, no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros, por um lado, o de centro de estudos, planeamento e programação, por outro, e, ainda, o de centro de coordenação e avaliação do sistema (...)» (IPAD, s.d.).

Não obstante, as reestruturações efetuadas, a política de Cooperação nacional mantém-se em todo o período como uma das vertentes da política externa nacional, e reflete-o de 3 (três) formas distintas (IPAD, 2008):

- na relação Portugal vs PALOP e Timor-Leste⁷;
- na promoção da língua oficial portuguesa, enquanto valor chave para a política externa portuguesa, uma vez que «*contribui para a sedimentação, longevidade de uma comunidade linguística que constitui a um só tempo, um importante contributo histórico português para o mundo, e um trunfo relevante na era da globalização (...)*» (IPAD, 2008, p. 12);
- e, na promoção da capacidade de interlocução e influência em redes temáticas internacionais cujos centros de decisão são supranacionais.

Segue linhas de atuação que visam sobretudo a paz, o espírito de solidariedade entre os povos, o estabelecimento e a consolidação de um regime político democrático em todos os países, independentemente da sua cultura, religião ou etnia. Procura acima de tudo o respeito pelos direitos do homem em qualquer circunstância, assim como a promoção da língua portuguesa e a proteção do meio ambiente.

Para além das linhas de atuação e características identificadas, a política de Cooperação Portuguesa faz-se acompanhar por variadíssimos objetivos como a diminuição dos níveis de pobreza existente; reforçar o sistema democrático e o Estado de Direito; estimular o crescimento económico; promover tanto o diálogo e integrações regionais, como uma parceria europeia para o desenvolvimento humano (Sangreman, 2007).

A descentralização por que se pauta esta política, tem conduzido a um aumento do número de atores que podem assumir a forma de ONG, de Municípios, de Ministérios, Tribunais, Universidades, Fundações,

Assim, estruturalmente a Cooperação nacional, mudou alguma coisa nos últimos anos, mas não muito. O aumento da cooperação multilateral em detrimento da bilateral, tendo a primeira uma média de 44 % do orçamento com a União Europeia como principal destinatário e como consequência o Ministério das Finanças tem a execução da maioria do orçamento (OCDE, 2010) e não o MNE. Foram criados instrumentos de relação com a sociedade civil, o Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento e com o público estudantil com o programa de estágios INOV Mundus que também contribuíram para as transformações estruturais.

⁷ Constitui como objetivo fulcral de toda a política externa o relacionamento com países cujo idioma seja o português, sendo que a relação com Timor-Leste é vista como um ganho. Ganho esse, orientado sobretudo para o sucesso da diplomacia nacional.

3. A POLÍTICA DE COOPERAÇÃO PORTUGUESA E O SECTOR EDUCATIVO AFRICANO (1998-2011): OS DADOS E A INVESTIGAÇÃO

«A educação sempre foi um setor prioritário da Cooperação Portuguesa (...). As necessidades de capacitação, formação e valorização dos recursos humanos dos principais parceiros – PALOP e, mais recentemente, Timor-Leste – sentiram-se desde a independência e foram sendo integrados nos Programas-Quadro da Cooperação, negociados desde os anos 80 através das (...) Comissões Mistas. A partir de 1998 estas deram lugar aos Programas Indicativos de Cooperação (PIC), que incluíram sempre ações no setor da educação» (Campanha Global pela Educação (coord.), 2012, p. 32).

A política de Cooperação Portuguesa, enquanto política orientada para os PALOP, estabeleceu como uma das suas grandes linhas prioritárias estimular o crescimento económico onde se insere, claramente, o sector educativo. De fato, a diplomacia e a projeção cultural são 2 (dois) dos vários setores abrangidos pela política de Cooperação, onde a educação e a formação ocupam o topo das prioridades (Palma, 2004).

Segundo Sampaio (2003), para com a Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde, foram estabelecidas prioridades ao nível da formação profissional, da educação, da valorização dos recursos humanos, da capacitação e institucional, da agricultura e desenvolvimento rural, entre outros⁸.

Mais recentemente, no livro publicado pelo IPAD (2011), intitulado *Cooperação Portuguesa: uma leitura dos últimos quinze anos de Cooperação para o Desenvolvimento: 1996-2010*, é possível observar que em todas as antigas colónias africanas a educação continua a ser uma área prioritária para a canalização da Ajuda Bilateral Portuguesa.

⁸ Segundo Sampaio citado em Palma (2004), a política de Cooperação Nacional estabeleceu para os PALOP as seguintes prioridades: Angola (educação; formação profissional; promoção da melhoria das condições sociais e de saúde; capacitação institucional; ...); Cabo Verde (reforço da estabilidade macroeconómica; apoio à consolidação das instituições; valorização dos recursos humanos; desenvolvimento de infraestruturas; alargamento da base produtiva e melhoria da competitividade do setor empresarial; valorização da cultura e a preservação do património histórico); Guiné-Bissau (consolidação da paz e prevenção da repetição do conflito; promoção da defesa dos Direitos Humanos; mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros para a reabilitação social e a reconstrução económica); Moçambique (educação; saúde; agricultura e desenvolvimento rural e reforço institucional) e São Tomé e Príncipe (educação; saúde; agricultura e formação profissional).

Prioridades/áreas de intervenção da política de Cooperação entre Portugal e as ex-colónias africanas

Boa Governação, Participação e Democracia:

- 1.1. **Capacitação da AP** (Angola)
- 1.2. **Capacitação institucional** (Cabo Verde)
- 1.3. **Cooperação na Justiça** (Angola)
- 1.5. **Cooperação Técnico-militar** (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe);
- 1.6. **Cooperação na área da Polícia e Segurança** (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe)
- 1.7. **Finanças Públicas** (Cabo Verde);
- 1.8. **Apoio à administração do Estado: segurança e justiça, finanças** (Guiné-Bissau, Moçambique);
- 1.9. **Reforço institucional** (São Tomé e Príncipe)

Clusters da Cooperação (Angola (desenvolvimento rural e comunitário), Cabo Verde (área das TIC), Moçambique (desenvolvimento sustentado, reforço das capacidades dos atores locais e criação de parcerias para a execução de projetos sociais, culturais), S. Tomé e Príncipe (saúde).

Desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza:

- 1.1. **Educação** (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe);
- 1.2. **Desenvolvimento sociocomunitário** (Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe);
- 1.3. **Capacitação e Investigação na área da saúde, da agricultura e da segurança alimentar** (Angola);
- 1.4. **Formação Profissional** (Cabo Verde);
- 1.5. **Desenvolvimento social** (Cabo Verde);
- 1.6. **Infraestruturas** (Cabo Verde);
- 1.7. **Saúde** (Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe);
- 1.8. **Cultura** (Moçambique);
- 1.9. **Gestão sustentável dos recursos naturais** (Moçambique);
2. **Ambiente e ordenamento do território** (S. Tomé e Príncipe).

Ilustração 1 - Prioridades da política de Cooperação Portuguesa entre Portugal e as ex-colónias africanas. Fonte: IPAD (2011).

Sendo inquestionável a presença do setor educativo como um dos principais setores de intervenção da política de Cooperação nacional, é importante observar o “peso” que esse setor tem tido ao nível da APD bilateral portuguesa quer no período que antecedeu a crise financeira iniciada em 2008, quer no período que se lhe seguiu – período de análise (da investigação) 1998-2011.

Segundo os dados estatísticos fornecidos pelo IPAD (2011), o volume da APD Portuguesa (bilateral e multilateral), durante o período de 1998-2010, foi marcado por constantes oscilações, sendo que o ano de 2004 foi o ano onde a APD atingiu o maior volume e, mais recentemente, já com a crise financeira suplantada no sistema económico mundial, o volume da APD em 2010 (em relação ao ano anterior), aumentou, tendo diminuído no ano seguinte (2011) num total de 3% (DAC/OECD, 2012). Sendo importante ressaltar que, a diminuição observada no ano de 2011, refletiu-se nos restantes países membros do CAD/OCDE. No seu conjunto, verificou-se

um declínio da APD na ordem dos 2,7% conforme os dados estatísticos publicados pelo CAD/OCDE (2012).

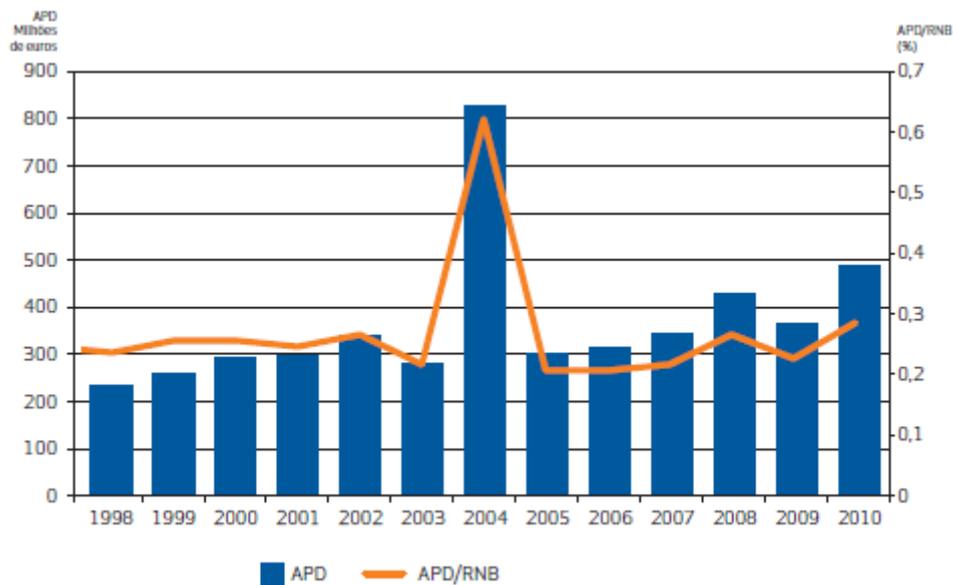


Ilustração 2 - Evolução do volume e esforço APD/RNB (1998-2008). Fonte: IPAD (2011, p. 195).

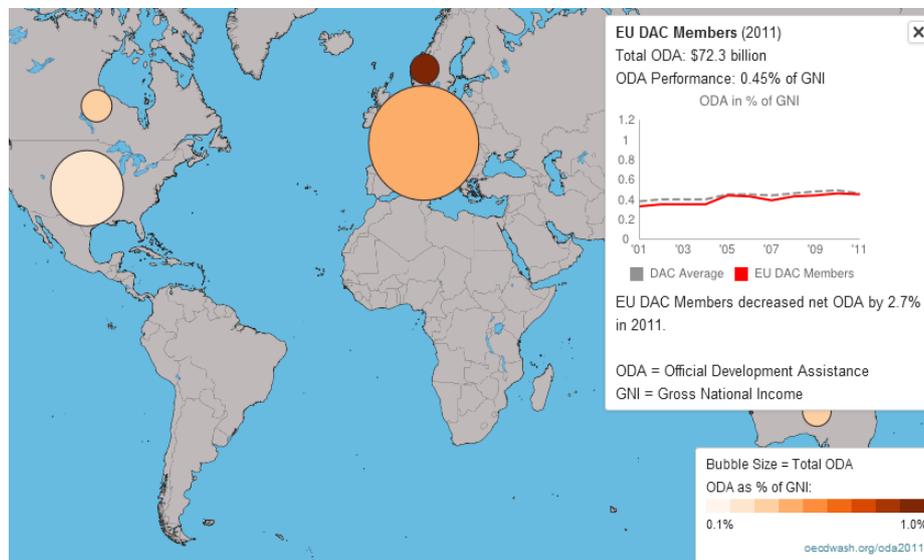


Ilustração 3 - Volume da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) dos países europeus membros do CAD/OCDE em 2011. Fonte: DAC/OECD (2012).

Tendo presente que para a investigação apenas nos interessa ver a evolução da APD bilateral portuguesa e, por conseguinte, a sua distribuição setorial é importante referir que, o volume da APD bilateral foi, de uma maneira geral, maior do que o volume da

APD multilateral, pelo menos até ao ano de 2010 (dados oficiais até então publicados pelo IPAD (2011) e que abarcam os dois tipos de APD).



Ilustração 4 - Evolução da APD bilateral e multilateral portuguesa (1998-2010).

Fonte: IPAD (2011, p. 198).

Ainda no âmbito da APD bilateral portuguesa, é importante referir que, nos anos de 1998 e de 2009 Moçambique foi o principal beneficiário. Posição, que se alterou em 2004, com a Angola a assumir esse lugar e nos anos de 2005, 2006, 2008 e 2010 com Cabo Verde que esteve no topo da lista dos principais beneficiários (IPAD, 2011).

Independentemente dos países africanos que ocuparam o primeiro lugar como principais beneficiários da APD bilateral, o que é certo é que, esta concentrou-se, sobretudo, para as infraestruturas e serviços sociais, onde se incluem o setor educativo, o governo e a própria sociedade civil. Segundo fonte oficial, no período entre 1996 e 2010 para a educação foi canalizada 39% da APD bilateral, sendo que ao nível da Cooperação técnica (que se tem assumido como «a parcela mais importante no tipo de Ajuda fornecida a nível bilateral» (IPAD, 2011, p. 138), 38 % foi canalizada, igualmente, para o setor educativo, seguida do governo e da sociedade civil com 24% (IPAD, 2011).

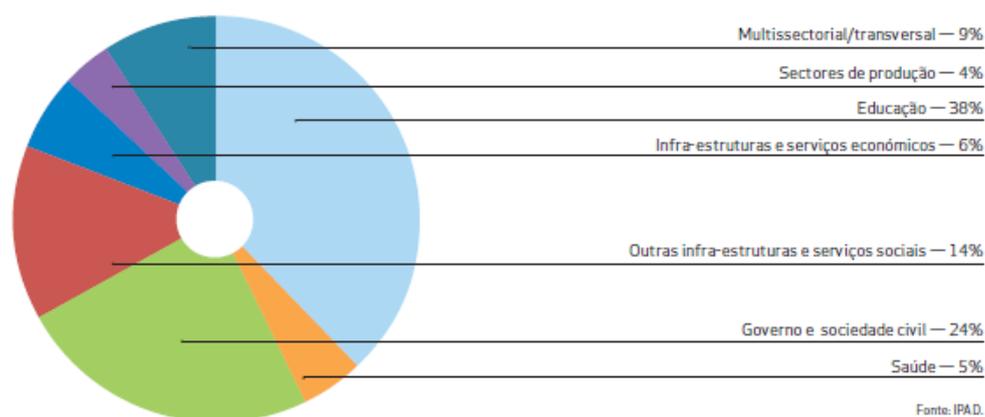


Ilustração 5 - Distribuição setorial da Cooperação Técnica (1996-2010). Fonte: IPAD (2011, p. 139).

Ao analisarmos estes dados, é importante reter que, na percentagem total apresentada pelo IPAD, outros países são contemplados na percentagem geral, como por exemplo Timor-Leste. Igualmente, o período de análise considerado para a presente investigação é diferente. Contudo, e tal como teremos oportunidade de ver, os resultados a que chegamos não são muito diferentes dos publicados pelo IPAD, coincidindo, assim, de uma maneira geral, com as conclusões daquele.

Desta forma, e tendo em conta as diferenças apontadas, houve a necessidade de averiguar qual a percentagem que, efetivamente, havia sido canalizada para a educação (incluindo formação profissional) nas ex-colónias portuguesas, nos últimos 13 (treze) anos. Para tal, a investigação desenvolveu-se em 2 (duas) fases: uma primeira que compreendia o período temporal 1998-2008; e, uma segunda fase, que analisa o período entre 2008 (segundo semestre⁹) e 2011.

A investigação teve como base os quadros de financiamento concedidos pelo IPAD, que são a única variável de longo prazo disponível, apesar de se ter consciência que estes correspondem apenas a uma parte das verbas da Cooperação, não incluindo por exemplo o que se gasta a partir do Ministério das Finanças. Estes quadros, como se pode ver na ilustração que se segue, referem os projetos que são financiados e o montante desse mesmo financiamento, fazendo referência, ainda, aos beneficiários dos mesmos.

⁹ Segundo semestre porque foi marcado pelo início da crise financeira em setembro de 2008 (iniciada com a falência banco *Lehman Brothers* nos Estados Unidos) e que atingiu proporções alarmantes pela dimensão mundial que assumiu.

Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro;
Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, Decreto Regulamentar
n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, e Portaria n.º 509-A/2004, de 14 de
Maio;
Lei n.º 13/2004, de 14 de Abril;
Decreto-Lei n.º 242/2004, de 31 de Dezembro;
Portaria n.º 42-A/2005, de 17 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril;
Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 4 de Agosto;

Mapa n.º 12/2007

Publica-se a listagem de 26 de Março de 2007 do presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) relativa às transferências correntes e de capital concedidas pelo IPAD no período de Julho a Dezembro de 2006 (mapa a que se refere o n.º 1 do artigo 1.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 3.º, da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto):

Listagem das transferências correntes e de capital no 2.º semestre de 2006

Beneficiários	Projecto	Montante (euros)	Data da decisão	Entidade decisora
Águas de Portugal Internacional	Abastecimento de água aos pequenos sistemas do bairro de Maxaquene — Moçambique.	18 190	28-5-2005	SENEC
	Abastecimento de água, saneamento e resíduos do Lumbo — províncias de Nampula	60 417		
ACEP — Associação para a Cooperação entre Povos.	Projecto «Reforço das capacidades de Placon»	29 327	6-10-2006	SENEC
	Projecto «Luta contra a pobreza»	7 060		
	Candidatura a projectos ONGD	99 205		
ADDOCERE — Associação Coop. Educação Desenvolvimento.	Candidatura a projectos ONGD	15 750	6-11-2006	SENEC
ADPM — Associação para o Estudo e Defesa	Projecto «Monapo rumo ao desenvolvimento»	29 307		

Ilustração 6 - Exemplo de um quadro de financiamento do IPAD presente no Diário da República (DR).

Em termos de análise, é importante ainda referir que, foram contabilizados todos os projetos que se encontram presentes nesses mesmos quadros, independentemente, de alguns fazerem referência a um país que não o continente africano. E porquê? Porque existem projetos que envolvem países africanos (neste caso, entenda-se Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Angola) e não africanos; projetos cuja designação não nos permite identificar os países onde serão implementados, entre outros, pelo que não seria correto contemplar uns e não outros, dado que a uniformidade deixaria de existir. Alguns exemplos desses projetos são «bolsas a particulares PALOP e Timor-Leste», «projeto de construção de escolas de educação especial», patrocínio de conferências, o apoio ao desenvolvimento de estudos (que se enquadram no setor educativo) e que se podem centrar num ou mais países que não os PALOP,

Não obstante esse fato, a análise e tratamento de toda a informação contida nos já referidos quadros, permite afirmar, inequivocamente, que a percentagem de financiamento canalizado para os PALOP representa quase a totalidade dos valores percentuais apresentados que compreendem todos os projetos financiados pelo IPAD. Reflexo disso mesmo, é a posição das bolsas de estudo entre os PALOP e Timor-Leste, onde neste último, o n.º de bolsas internas disponibilizadas por ano letivo no período entre 1998 a 2010 ser pouco ou nenhum (no que concerne a bolsas internas -1998-2010). Apenas no ano letivo de 2001/2002 o n.º de bolsas para frequência do ensino superior em Portugal, por parte de Timor-Leste foi superior em relação aos países africanos em análise, sendo nos demais períodos pouco significativo.

Para além das situações das bolsas que são apenas uma das diversas modalidades financiadas pela Cooperação Portuguesa, podemos observar essa mesma realidade, nos

quadros de financiamento, por exemplo do ano de 2004 e no ano de 2011. Ou seja, tendo considerado apenas os projetos identificados (ao nível da localização – PALOP ou Timor-Leste), no ano de 2004, foram financiados projetos para o setor educativo a serem implementados nos PALOP num total de 18.331.127€, em relação a 1.137.748€ para projetos, na mesma área, em Timor-Leste. No ano de 2011, em relação aos PALOP foi canalizado 1.618.271,67€ e para Timor-Leste o volume de 499.134,86€. De salientar que, no ano de 2011, para estes valores não foi considerado o financiamento que aparecia discriminado por «Bolsas a particulares PALOP e Timor-Leste», pois não nos permite identificar qual o montante que foi atribuído a cada um dos países. Porém, apesar deste financiamento não aparecer contabilizado e que assumiu um valor total, nos dois semestres, de 2.485.915€, toda a lógica apresentada mantém-se inalterada. O conjunto dos países africanos Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, absorvem maior parte do financiamento da Cooperação nacional, nomeadamente na educação.

Na mesma linha, os resultados já publicados pelo IPAD relativamente ao volume dos financiamentos canalizados para o setor educativo dos PALOP e de Timor-Leste, confirma a constatação a que se chegou com a presente investigação (ver ilustração 7).

milhares de euros

País	TOTAL APD						APD - Educação *					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Angola	16,836	15,996	13,975	13,250	-7,072**	-9,665**	8,359	7,970	6,256	4,375	4,621	4,065
Cabo Verde	36,499	37,688	31,921	43,286	38,392	107,305	19,928	19,274	19,307	18,326	18,534	14,457
Guiné-Bissau	10,874	11,761	11,518	11,371	10,361	11,866	2,800	3,164	3,404	3,329	3,588	3,658
Moçambique	18,150	17,268	15,799	17,410	48,831	85,027	5,872	7,242	6,959	7,778	8,708	7,820
São Tomé e Príncipe	9,224	8,952	9,539	9,209	10,637	19,409	2,693	3,488	3,710	4,343	5,413	4,557
Timor Leste	27,907	30,674	34,071	17,030	24,872	25,412	8,226	7,925	10,329	9,503	10,052	10,785
Outros	183,935	193,434	226,904	307,399	242,136	250,609	3,121	2,901	4,054	2,731	3,261	9,546
Total	303,426	315,774	343,726	429,955	368,157	408,964	50,998	51,964	54,020	50,385	54,178	54,888

Fonte: IPAD / DPP

* As discrepâncias entre os valores apresentados e os valores comunicados ao CAD, relativos ao setor Educação, são motivadas por atualizações na Base de Dados da Cooperação Portuguesa.

** A ajuda a Angola foi afetada, em 2009 e 2010, pelos reembolsos da dívida por parte deste país, o que resultou em valores negativos de ajuda. Sem estas operações da dívida, a APD portuguesa a Angola teria sido de cerca de 11,5 milhões de euros em 2010.

Ilustração 7 - APD Portuguesa Total e destinada à educação por país (2005-2010). Fonte: IPAD in Campanha Global pela Educação, 2012, p. 35.

Para trabalhar a informação constante nos mesmos, foi necessário agrupar os diferentes projetos nos setores específicos em que se enquadravam de forma a se conseguir alcançar um resultado o mais próximo possível da realidade. Para tal, e tendo como base a obra editada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), em 1995, intitulada *Portugal: dez anos de política de Cooperação*, agrupamos os diversos projetos em 5

(cinco) grandes variáveis: serviços e infraestruturas sociais; serviços, infraestruturas e infraestruturas económicas; serviços produtivos; Ajuda Alimentar, de Emergência e Humanitária; e, outros e não discriminados (ver ilustração 8).

Variáveis
I. Serviços e infra-estruturas sociais:
1. Serviços e Investimentos na Educação/Formação
2. Saúde
3. Administração Pública e Serviços, Desenvolvimento e Planeamento Social e Sociedade Civil
II. Serviços, infra-estruturas, e infra-estruturas económicas:
1. Transportes, Comunicações e Comunicação social
2. Energia
3. Água e saneamento
4. Ambiente
5. Outras Infra-estruturas (jardins, parques, praças, estradas, ...)
III. Serviços Produtivos:
1. Agricultura, Pecuária
2. Indústria
3. Comércio e Actividade Bancária
4. Turismo
5. Outros
IV. Ajuda Alimentar, Humanitária e de Emergência
V. Outros e não discriminados

Ilustração 8 - Listagem de variáveis para o agrupamento dos projetos financiados pelo IPAD, presentes nos quadros do Diário da República (DR).

Relativamente, às 2 (duas) últimas variáveis, ressalva-se que se tem plena consciência que a Ajuda Alimentar, de Emergência e Humanitária não são Cooperação, mas o volume de ajuda concedido nessa área, que conduzir a um aumento da Ajuda nacional no período de 1998-2008, nomeadamente nos anos de 2004 e 2005, levou a que se considerasse a mesma na investigação, para além da importância de se observar a evolução deste tipo de Ajuda. Já a variável designada por “outros e não discriminados” contempla todos os projetos que não se inserem nas variáveis anteriores e/ou que não se encontram discriminados e cuja designação não permite identificar o setor em que insere.

Uma vez identificadas as variáveis-chave de toda a análise, procedemos a seleção dos atores intervenientes em todo o processo¹⁰. Tal seleção foi realizada tendo em conta o reconhecimento, a contribuição, a importância e a frequência com que os atores surgiram ao longo dos 26 (vinte e seis) quadros do Diário da República (DR),

¹⁰ Esta seleção foi crucial para o início do processo de modelização da Cooperação (trabalho de investigação ainda em desenvolvimento, que para a presente comunicação não é relevante fazer referência ao longo do texto).

analisados. Organizações, por nós consideradas, com uma menor dimensão, um menor reconhecimento entre as demais, foram agrupadas numa subsecção, designada por: “Outros”. Porém, ressaltamos que se trata de uma forma por nós produzida em termos de estudo pelo que não se trata de um agrupamento “universal”.

Assim, identificamos como principais (tendo em conta a lógica anteriormente mencionada) atores ao nível da Cooperação Portuguesa, as seguintes ONG, associações sem fins lucrativos, associações empresariais, associações municipais, institutos, ...:

ACEP - Associação para a Cooperação entre os Povos
ACVER - Associação Internacional para a Cooperação e para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais
ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola
AMI - Assistência Médica Internacional
AMU - Cooperação e Solidariedade para um Mundo Unido
ANA - Aeroportos de Portugal
ANEMM - Associação Nacional de Empresas e Metalomecânicas
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses
APCD - Associação Portuguesa de Cultura e Desenvolvimento
APF - Associação para o Planeamento da Família
Associação Elos de Fraternidade
Associação Juvenil Black Panthers
AWEPA - Association of European Parliamentarians with Africa
Cadeia da Esperança
Caritas Portuguesa
CGD - Caixa Geral de Depósitos
CIC - Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura
CIDAC - Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral
CONCÓRIDA - Centro de Conciliação e Mediação de Conflitos
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Cruz Vermelha Internacional
CTT - Correios de Portugal
ECDPM - European Centre for Development Policy Management
ELO - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação
FAO/UN Trust Fund
FEC - Fundação Evangelização e Culturas
FLAC - Fundação Luso-Africana para a Cultura
Fundação Aga Khan Portugal
Fundação Calouste Gulbenkian
Fundação Gonçalo Silveira
Fundação Portugal África
Fundação ProJovem
IED - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento
IEEI - Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flor
INDE - Intercooperação e Desenvolvimento
INTERPEACE
ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária

Leigos para o Desenvolvimento

Médicos do Mundo

NOSI - Núcleo Operacional da Sociedade de Informação

OCDE - Organização para a Cooperação e para o Desenvolvimento Económico

OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento

OIM - Organização Internacional para as Migrações

OMAS - Leigos Boa Nova

OMS - Organização Mundial de Saúde

PAM - World Food Programme

Plataforma Portuguesa das ONGD

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RTP - Rádio Televisão Portuguesa

SIRIUS - Energia

SNEDE - Sociedade Nacional de Empreendimentos e Desenvolvimento Económico

TESE - Associação para o Desenvolvimento

UNHCR - The UN Refugee Agency

UNICEF - The United Nations Children's Fund

Un-OCHA - Office for the Coordination of Humanitarian Affairs

VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano

ACEP - Associação para a Cooperação entre os Povos

ONG - Ações de desenvolvimento (Cooperação, erradicação da exclusão social e racismo, sociedade civil).

ACVER - Associação Internacional para a Cooperação e para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais

ONG - Cooperação e desenvolvimento rural, formação profissional, estudos e planeamento.

ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola

ONG orientada para o Desenvolvimento (programas).

AMI - Assistência Médica Internacional

ONG que tem como objectivo actuar em situações de crise e de emergência. Ajudar a combater o subdesenvolvimento e a pobreza extrema, a exclusão social que caracterizam muitos dos países a uma escala mundial.

AMU - Cooperação e Solidariedade para um Mundo Unido

Áreas de actuação: imigração, educação e ajuda humanitária.

ANA - Aeroportos de Portugal

Empresa associada aos transportes aéreos.

ANEMM - Associação Nacional de Empresas e Metalomecânicas

Associação empresarial envolvendo as empresas metalomecânicas

ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

Objetivos: promover, defender e dignificar todos os organismos subjacentes ao poder local

APCD - Associação Portuguesa de Cultura e Desenvolvimento

ONG que atua ao nível de projetos no domínio da Cooperação para o Desenvolvimento, ao nível da formação e projetos culturais

APF - Associação para o Planeamento da Família

Associação orientada para o planeamento familiar.

Associação Elos de Fraternidade

ONG orientada, essencialmente, para a promoção da sociedade civil.

Associação Juvenil Black Panthers

ONG de natureza comunitária, tendo como áreas de intervenção: educação, cultura e desporto.

AWEPA - Association of European Parliamentarians with Africa

Associação dos parlamentos europeus com os países africanos, com vista a " (...) fortalecer a democracia em África, manter África no topo da agenda política na Europa, facilitar o diálogo parlamentar Europa-África (...) " (<http://www.awepa.org/>)

Cadeia da Esperança

ONG - áreas de actuação: educação, formação, saúde e ajuda humanitária.

Caritas Portuguesa

Instituição directamente relacionada com o desenvolvimento da sociedade civil.

CIC - Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura

ONG - relacionada com a promoção da Cooperação, programas de intercâmbio e culturas

CIDAC - Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral

ONG - áreas de atuação: Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Documentação e Informação.

CONCÓRIDA - Centro de Conciliação e Mediação de Conflitos

Associação voluntária que visa resolver ou pelo menos atenuar situações de conflito.

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Áreas de atuação: " (...) educação, saúde, ciência, administração pública, comunicação social, defesa, promover a língua portuguesa, agricultura, desporto, ... (...) " (<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=46>).

Cruz Vermelha Internacional

Associação voluntária que visa apoiar povos que sejam vítimas de situações de guerra e calamidade.

ECDPM - European Centre for Development Policy Management

Centro europeu que tem como objetivo último promover o desenvolvimento dos países africanos, através de políticas mais equitativas.

ELO - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação

" (...) Associação empresarial que visa: promover e desenvolver o intercâmbio económico; reforçar os laços económicos empresariais. (...) " (http://www.elo-online.org/sn_quemsomos.htm).

FAO/UN Trust Fund

Fundo das Nações Unidas, no âmbito de projetos directamente relacionados com a segurança alimentar e agricultura.

FEC - Fundação Evangelização e Culturas

ONG direcionada para a Cooperação no domínio religioso (da igreja) entre os países lusófonos.

FLAC - Fundação Luso-Africana para a Cultura

ONG cuja área de atuação é precisamente a cultura entre Portugal e os países africanos.

Fundação Aga Khan Portugal

Fundação que contempla " (...) instituições privadas, internacionais, não confessionais que procuram melhorar as condições de vida e o acesso a oportunidades das populações mais pobres (...) " (<http://www.akdn.org/portugal>).

Fundação Calouste Gulbenkian

Áreas de atuação: educação, ciência, arte e apoio à sociedade civil.

Fundação Gonçalo Silveira

ONG que tem como áreas de atuação a educação, a saúde, a sociedade e o seu desenvolvimento.

Fundação Mário Soares

Fundação que procura apoiar diversos projetos em Timor, Guiné, Angola de património histórico e capacitação de instituições de investigação.

Fundação Portugal África

Fundação que procura disponibilizar informação, documentação (África, Índia, Macau...) ou apoiar projetos na área da formação profissional (Moçambique).

Fundação ProJovem

Fundação direcionada para o apoio a crianças e jovens adolescentes.

IED - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

ONG - Instituição que tem como áreas de interesse o estudo do sistema político-económico dos países mais desfavorecidos, a sociedade e a educação.

IEEI - Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais

ONG - áreas de atuação: reflexão e estudos sobre política, economia, forças militares, sociedade, cultura e informação.

IMVF - Instituto Marquês de Valle Flor

ONG - áreas de atuação: ajuda humanitária, educação, economia, cultura e sociedade.

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento

ONG - áreas de atuação: desenvolvimento rural, promoção do desenvolvimento social, assegurar o respeito pelos direitos humanos.

INTERPEACE

Organização internacional que tem como principal objetivo a paz entre os povos.

ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária

ONG - áreas de atuação: educação, saúde, formação ao nível profissional e o desenvolvimento das áreas rurais.

Leigos para o Desenvolvimento

ONG - organização de natureza católica, cujas áreas de atuação são: educação, saúde e o desenvolvimento social.

Médicos do Mundo

ONG - área de atuação: saúde.
NOSI - Núcleo Operacional da Sociedade de Informação
Instituição estatal cabo-verdeana cuja missão é a informatização das instituições do país bem como o apoio ao governo eletrónico.
OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento
ONG - que se debruça sobre os direitos da sociedade, procurando que as populações tenham as condições mínimas de vida asseguradas.
OMAS - Leigos Boa Nova
ONG que procura através da religião tornar os povos mais solidários entre si.
OMS - Organização Mundial de Saúde
Agência das Nações Unidas cuja área de atuação é a saúde mundial.
PAM - World Food Programme
Programa de ajuda alimentar das Nações Unidas.
TESE - Associação para o Desenvolvimento
ONG - áreas de atuação: sociedade civil, infraestruturas e estudos técnicos.
UNHCR - The UN Refugee Agency
Agência das Nações Unidas que visa apoiar, essencialmente, os refugiados.
UNICEF - The United Nations Children's Fund
Agência das Nações Unidas que atua em situações de emergência, catástrofe natural, tendo especial atenção às crianças, procurando garantir saúde, educação, igualdade e proteção. Também tem programas de Cooperação para o Desenvolvimento na área dos direitos das mulheres e das crianças.
Un-OCHA - Office for the Coordination of Humanitarian Affairs
Agência das Nações Unidas direcionada para ajuda de emergência, humanitária.
VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano
ONG – de natureza católica com áreas de atuação como: ajuda humanitária, educação, saúde, formação profissional e agricultura.

Tabela 1 – Os principais atores da Cooperação Nacional presentes nos quadros do Diário da República (DR) (1998-2011)¹¹.

Assim, e em relação ao primeiro período analisado, chegamos ao resultado que era esperado e que demonstra, inequivocamente, que a política de Cooperação se encontra na vanguarda do setor educativo africano (Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau), representando 38 % do volume da APD bilateral, seguido dos 16% relativos à Administração Pública e Serviços, Desenvolvimento e Planeamento Social e Sociedade Civil. O que coincide com a informação disponibilizada pelo IPAD, embora sendo as percentagens diferentes, ora não fosse o período temporal em análise distinto.

¹¹ Mais uma vez, tendo presente a lógica da investigação.

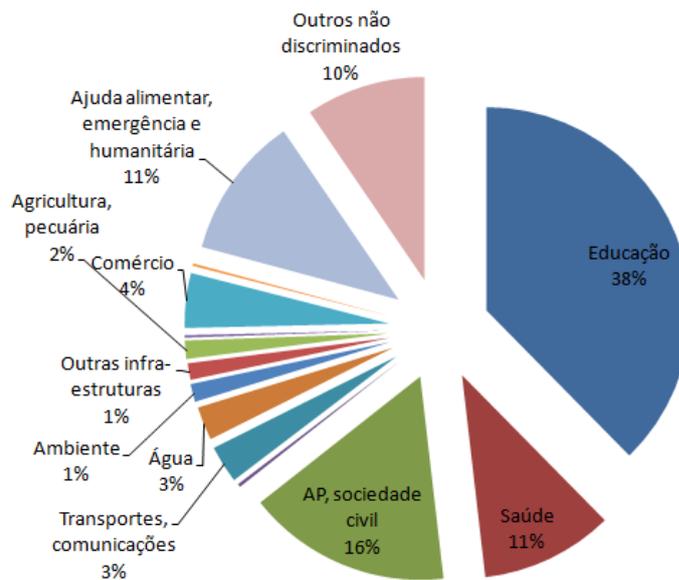


Ilustração 9 - Distribuição setorial da APD bilateral portuguesa (1998-2008).

Já, no segundo período (2.º semestre de 2008 até ao ano de 2011), independentemente da diminuição observada no último ano de 3% do volume total da APD portuguesa, a tendência manteve-se e a variável serviços e infraestruturas sociais, foi a que maior volume de fluxos de financiamento “absorveu”, tendo sido canalizados 37% dos financiamentos para educação, seguida da Administração Pública e Serviços, Desenvolvimento e Planeamento Social e Sociedade Civil de 32% e, em último lugar, no âmbito dos serviços sociais, a saúde com um total de 21%.

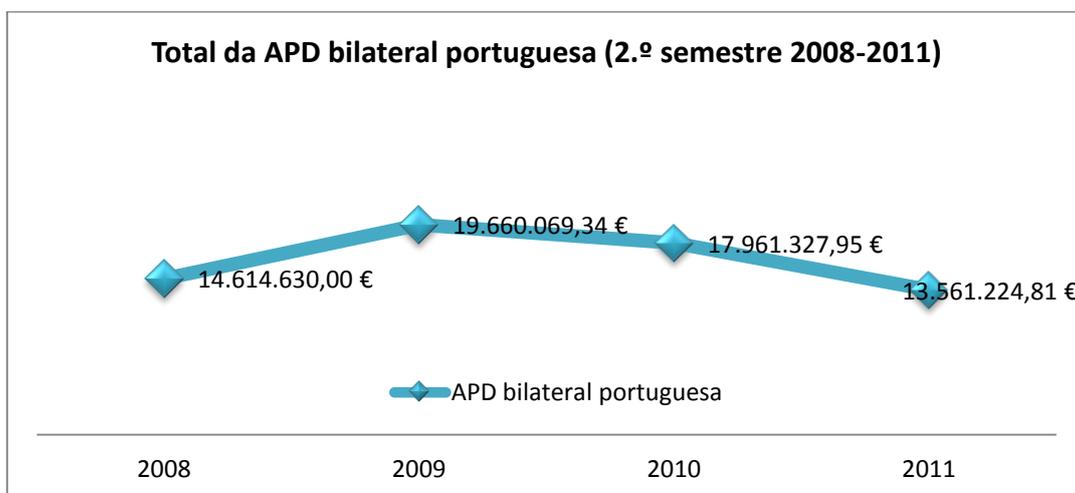


Ilustração 10 - Evolução do volume total da APD bilateral portuguesa (2.º semestre 2008-2011).

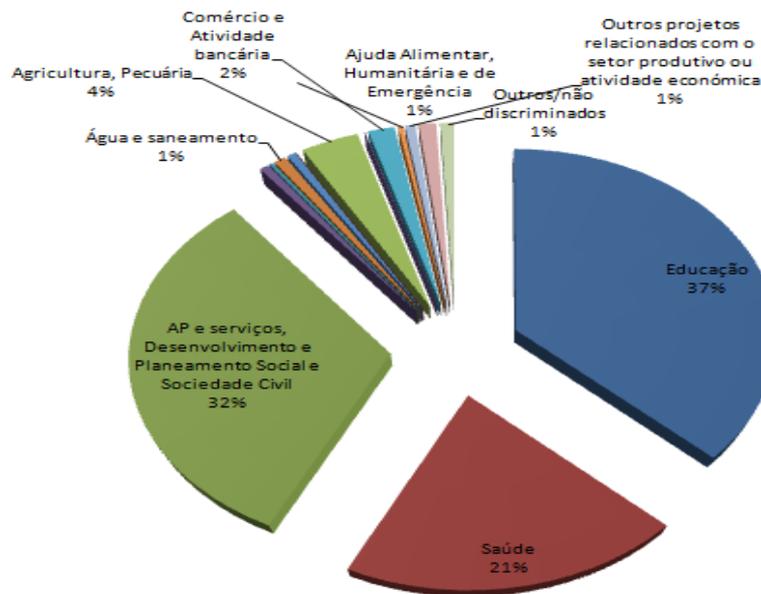


Ilustração 11 - Distribuição setorial da APD bilateral portuguesa (2.º semestre 2008-2011).

É importante realçar que, a diminuição do volume da APD bilateral portuguesa observável na ilustração n.º 10, em nada contraria a informação fornecida pela fonte oficial – IPAD (2011), que afirmou que do ano de 2009 para o ano de 2010 o volume da APD nacional aumentou. A diferença é que, esse aumento a que se refere o IPAD, contempla tanto a APD bilateral como a APD multilateral, e na presente investigação, e, por conseguinte na referida ilustração, apenas é contemplada a APD bilateral.

Os valores percentuais apresentados, e que demonstram de forma clara e inequívoca, que o desenvolvimento do setor africano (antigas ex-colónias) tem ocupado o primeiro lugar nas prioridades setoriais da Cooperação Nacional, traduziram-se nos financiamentos concedidos para diversos fins, entre os quais: construção de escolas, bibliotecas e mediatecas; reabilitação de edifícios essenciais no domínio do ensino e da educação; fornecimento de materiais e equipamentos escolares; bolsas de estudo; protocolos entre universidades; ações de formação; conferências e seminários.

CONCLUSÃO

Portugal desde cedo estabeleceu como prioridade central os PALOP e, mais recentemente, Timor-Leste, tendo definido e estabelecido, no âmbito da política de Cooperação nacional, prioridades ao nível da educação, da economia, da diminuição dos níveis de pobreza, da própria sociedade civil, da saúde, de infraestruturas ao nível de abastecimento de água e redes de saneamento básico essenciais a condições mínimas de

vida. Dessa forma, a presente investigação teve como principais objetivos averiguar até que ponto as prioridades estabelecidas pela Cooperação nacional, independentemente dos diversos governos constitucionais que assumiram o poder no período compreendido entre os anos de 1998 e de 2011, têm sido (ou não) cumpridas. Dessas prioridades, a investigação centrou-se no setor educativo, mais precisamente para o volume de verbas concedidas para esse mesmo setor em países como Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Tendo presente as fontes utilizadas para a análise (os quadros de financiamento concedidos pelo IPAD) e, ainda, a alteração da realidade económico-financeira internacional iniciada com a falência do banco *Lehman Brothers* nos Estados Unidos da América, que afetou, de uma forma generalizada o volume da APD fornecida pelos Estados-Membros do CAD (cerca de 2,7%), é inequívoco o esforço que Portugal tem desenvolvido ao longo dos últimos 13 (treze) anos de Cooperação para cumprir as prioridades estabelecidas, principalmente, ao nível da educação.

Efetivamente, os dados mostram-nos, que independentemente do período em análise e das suas eventuais condicionantes, grande parte das verbas/financiamentos têm sido canalizados para o setor educativo dos países em análise. Ocupando, assim, o lugar de topo na lista de prioridades da Cooperação (Palma, 2004). Vejamos que, se no período que antecedeu a crise financeira mundial, Portugal canalizou 38% das verbas para o setor educativo, essa tendência manteve-se no período posterior com, uma ligeira diferença em termos percentuais, menos 1%¹². Ou seja, mesmo que afetado pela crise financeira que conduziu a um decréscimo de 3% da APD portuguesa global no ano de 2011, Portugal procurou ao nível da política de Cooperação, cumprir com as prioridades que estabelecera nesse domínio: o que se refletiu clara e inequivocamente na educação para com as antigas colónias africanas, com o apoio à construção de escolas, bibliotecas e mediatecas; reabilitação de edifícios essenciais no domínio do ensino e da educação; fornecimento de materiais e equipamentos escolares; bolsas de estudo; protocolos entre universidades; ações de formação; conferências e seminários.

São, portanto, valores percentuais que denotam a preocupação e, sobretudo, o empenho do nosso país em contribuir para um sistema educativo cada vez mais desenvolvido das nossas ex-colónias africanas, até porque a garantia de serviços base na área da educação, permitirá alcançar, a médio e a longo prazo um desenvolvimento do ponto de vista económico-social sustentável e duradouro.

Face ao exposto, afirmamos de forma clara e inequívoca a presença da Cooperação Portuguesa ao nível do sector educativo dos países analisados.

¹² No segundo período analisado “absorveu” 37% dos financiamentos.

BIBLIOGRAFIA E NETOGRAFIA

- ACEP (1999), *As ONG dos países de língua oficial portuguesa na luta contra a pobreza pelo bem-estar e a cidadania*, Lisboa, ACEP;
- Afonso, M. e Fernandes, A. (2005), *abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*, Lisboa Instituto Marquês de Valle Flôr e Oikos - Cooperação e Desenvolvimento;
- Afonso, M. (1995), *Cooperação para o Desenvolvimento: Características, Evolução e Perspectivas Futuras*, Lisboa, CIDAC;
- Ayllón, B. (2006), *O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e o seu estudo nas Relações Internacionais: evolução histórica e dimensões teóricas*, revista de “Economia & Relações Internacionais”, vol. 5 (8), janeiro, 2006;
- Barroso, José (1990), *Política de Cooperação*, Biblioteca diplomática, Lisboa, MNE;
- Campanha Global pela Educação (coord.) (2012), *Entre o saber e o fazer: a educação na Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento*, Lisboa, Fundação Gonçalo da Silveira;
- CAE-CPLP (s.d.), *Portugal e a CPLP*, disponível na hiperligação (acedida a 9 de maio de 2012) http://www.caecplp.org/biblioteca/webpdf/Portugal_cplp.pdf
- Cravinho, João (1998), *A Cooperação e o respeito pelos contribuintes*, in “Jornal Expresso” (1 de maio de 1998), disponível na hiperligação (acedida a 9 de maio de 2012) http://www.euforic.org/pt/jgc_pt.htm;
- DAC/OECD (2012), *Development: aid to developing countries falls because of global recession*, disponível na hiperligação (acedida a 10 de abril de 2012):
http://www.oecd.org/document/3/0,3746,en_21571361_44315115_50058883_1_1_1_1_00.html;
- Degnbol-Martinussen, J.; Engberg-Pedersen, P. (2003), *AID Understanding International Development Cooperation*, Denmark, ZED Books Ltd.;
- Ferreira, E. (2004), *Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação*, Coimbra, Almedina;
- IPAD (2011), *Breve história do IPAD*, disponível na hiperligação (acedida a 10 de maio de 2012):
<http://www.ipad.mne.gov.pt/Instituto/QuemSomos/Paginas/default.aspx>

- IPAD (2011), *Cooperação Portuguesa: uma leitura dos últimos quinze anos de Cooperação para o Desenvolvimento: 1996-2010*, Lisboa, IPAD;
- IPAD (2008), *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, Lisboa, IPAD;
- IPAD (2008), *PIC Portugal/S. Tomé e Príncipe (2008-2011)*, Lisboa, IPAD;
- IPAD (2008), *PIC Portugal/Guiné-Bissau (2008-2010)*, Lisboa, IPAD;
- IPAD (2008), *PIC Portugal/Cabo Verde (2008-2011)*, Lisboa, IPAD;
- IPAD (2007), *PIC Portugal/Moçambique (2007-2009)*, Lisboa, IPAD;
- IPAD (2005), *PIC Portugal/Cabo Verde (2005-2007)*, Lisboa, IPAD;
- IPAD (2005), *PIC Portugal/S. Tomé e Príncipe (2005-2007)*, Lisboa, IPAD;
- IPAD (2004), *PIC Portugal/Moçambique (2004-2006)*, Lisboa, IPAD;
- Maurer, J. (2003), *Globalisation, coopération internationale au développement, et partenariat universitaire Nord-Sud*, in: Nahavandi, Firouzeh (ed.), “Repenser le Développement et la Coopération Internationale”, Paris, Éditions Karthala;
- Mesquita, Ana (2005), *A política Portuguesa de Cooperação*, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento - Universidade Técnica de Lisboa (CEsA – UTL), coleção Documentos de trabalho, n.º 67, pp. 1-18;
- MNE (1995), *Portugal: dez anos de Política de Cooperação*, Lisboa, MNE;
- Montalvão, Tânia (2005), *A Cooperação para o Desenvolvimento, análise dos modelos portugueses e irlandês*, Lisboa, IPAD;
- Monteiro, R. (2001), *A África na Política de Cooperação Europeia*, Lisboa, UTL - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;
- Moreira, Adriano (coord.) (2001), *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Cooperação*, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Coimbra, Almedina;
- Moreira, Sandrina (2005), *Ajuda Pública ao Desenvolvimento e crescimento económico*, Lisboa, IPAD;
- Nations Unies (2003), *Le Développement Économique en Afrique – Résultats Commerciaux et Dépendance à l'Égard des Produits de Base*, New-York et Genève, Nations Unies;

- Palma, Elisabete (2006), *Cultura, Desenvolvimento e Política Externa: Ajuda Pública ao Desenvolvimento nos Países Africanos Lusófonos*, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D, Portugal, Lisboa, MNE;
- Palma, Elisabete (2004), *Diplomacia, projecção cultural e APD*, in *Janus online*, disponível na hiperligação (acedida a 8 de maio de 2012): http://www.janusonline.pt/2004/2004_2_10.html
- Renard, Robrecht (2006), *The Cracks in the New Aid Paradigm*, Belgium, Institute of Development Policy and Management;
- Riddell, Roger C. (2007), *Does foreign aid really work?*, London, Oxford;
- Sangreman, Carlos (dir.) (2009), *A Cooperação Descentralizada e as dinâmicas em países africanos – os casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau*”, Lisboa, CESA e ACEP;
- Sangreman, Carlos (2009), *A teoria da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o estado da arte da cooperação portuguesa*, Lisboa, CESA/ISEG;
- Sangreman, Carlos (2008), *O Estado da arte da CID Portuguesa*, 5.º Versão, Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento, Lisboa, IPAD;
- Sangreman, Carlos (2007), *A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em Portugal: Portugal e APD*, Aveiro, Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas - Universidade de Aveiro;
- Schor, P. (2009), *Dinâmicas de cooperação entre ímpares: ACEP face ao Norte-sul, Cooperação Descentralizada*, Lisboa, ACEP;
- Simão, José & Oliveira, Jaime (2002), *Potencialidades de Cooperação para a competitividade: regiões e países de interesse estratégico para Portugal*, Associação Industrial Portuguesa, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, [Lisboa];
- Teixeira, Nuno (1996), *Entre África e a Europa: política externa portuguesa, 1890-1986*, in “Política Internacional”, vol. 1, n.º 12, pp. 55-86;
- Torres, Adelino (1998), *Horizontes do Desenvolvimento Africano No limiar do Século XXI*, Lisboa, Vega Universidade;
- Wall, David (1973), *The Charity of Nations. The Political Economy of Foreign Aid*, London, Macmillan Press Ltd.

ANEXOS

Anexo I. Lista de datas dos Diários da República com quadros de subsídios concedidos pela estrutura central da Cooperação

Datas	Listagem
01-04-1998 (DR II S.n.º 77)	Mapa n.º 18/1998
26-09-1998 (DR II S.n.º 223)	Mapa n.º 35/1998
07-04-1999 (DR II S.n.º 81)	Mapa n.º 14/1999
17-08-1999 (DR II S.n.º 191)	Mapa n.º 31/1999
31-03-2000 (DR II S.n.º 77)	Mapa n.º 15/2000
30-09-2000 (DR II S.n.º 227)	Mapa n.º 27/2000
01-10-2001 (DR II S.n.º 228)	Mapa n.º 38/2001
06-07-2002 (DR II S.n.º 154)	Mapa n.º 19/2002
26-03-2003 (DR II S.n.º 73)	Mapa n.º 12/2003
30-07-2003 (DR II S.n.º 174)	Mapa n.º 20/2003
24-07-2004 (DR II S.n.º 173)	Mapa n.º 164/2004
24-11-2004 (DR II S.n.º 276)	Mapa n.º 16/2004
28-04-2005 (DR II S.n.º 82)	Mapa n.º 9/2005
30-09-2005 (DR II S.n.º 189)	Mapa n.º 17/2005
24-03-2006 (DR II S.n.º 60)	Mapa n.º 8/2006
01-09-2006 (DR II S.n.º 169)	Mapa n.º 184/2006
10-05-2007 (DR II S.n.º 90)	Mapa n.º 12/2007
13-08-2008 (DR II S.n.º 156)	Mapa n.º 24/2008
02-04-2008 (DR II S.n.º 65)	Mapa n.º 178/2008
09-04-2009 (DR II S.n.º 70)	Mapa n.º 13/2009
25-08-2009 (DR II S.n.º 187)	Mapa n.º 17/2009
06-04-2010 (DR II S.n.º 66)	Mapa n.º 9/2010
05-08-2010 (DR II S.n.º 151)	Mapa n.º 119/2010
18-04-2011 (DR II S.n.º 76)	Mapa n.ºs 77 e 78/2011
05-08-2011 (DR II S.n.º 150)	Mapa n.º 112/2011
26-04-2012 (DR II S.n.º 82)	Mapa n.ºs 46 e 47/2012